

**TÊXTIL RENAUXVIEW S/A**  
**CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80**  
**NIRE: 4230000949-1**  
**Companhia Aberta**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013.**  
**(Em milhares de reais)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- i) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- ii) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiros - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2015.

### **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **c) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 – Provisão para contingências

Nota 27 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

## **3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

### **a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,98% (99,98% - 2013).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e

- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

## **b) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

## **c) Instrumentos financeiros**

### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

### **i) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abran-

gem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

## ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## d) Caixa e equivalentes de caixa:

- i) **Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;
- ii) **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

## e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente e de adiantamentos.

## f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

## **g) Imobilizado**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

### **ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

### **iii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## **h) Ativo intangível**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### **ii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### **iii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### **ii) Ativos não financeiros**

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

## j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## k) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

## l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

## m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Controladora**

**Consolidado**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	59	13	59	13
Bancos conta movimento	108	104	1.230	522
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>117</b>	<b>1.289</b>	<b>535</b>

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Clientes	26.334	29.251	26.334	29.251
(-) Provisão para devedores duvidosos	(9.684)	(9.805)	(9.684)	(9.805)
(-) Ajuste a valor presente	(226)	(215)	(226)	(215)
<b>TOTAL</b>	<b>16.424</b>	<b>19.231</b>	<b>16.424</b>	<b>19.231</b>

## 6. ESTOQUES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados	11.409	12.118	11.409	12.118
Produtos em elaboração	8.404	9.920	8.404	9.920
Materiais diretos	7.116	9.963	7.116	9.963
Materiais de consumo	2.667	2.470	2.667	2.470
Importação em Andamento	555	761	555	761
<b>TOTAL</b>	<b>30.151</b>	<b>35.232</b>	<b>30.151</b>	<b>35.232</b>

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. Eventuais perdas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

### a) Circulante

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
IPI	35	128	35	128
ICMS	645	741	645	773
PIS/COFINS	157	333	157	334
IRPJ/CSLL			70	62
<b>TOTAL</b>	<b>837</b>	<b>1.202</b>	<b>907</b>	<b>1.297</b>

### b) Não circulante



	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
COFINS (multa parcelamento)	911	685
PIS/COFINS	1.086	1.200
ICMS	393	838
<b>TOTAL</b>	<b>2.390</b>	<b>2.723</b>

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

### a) Ativo

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2014	2013
FGTS		369
Marinha Mercante	295	295
CVM	191	191
Vladimir Walendowski	112	112
Processos trabalhistas	115	16
IRPJ	27	27
Outros	11	11
<b>TOTAL</b>	<b>751</b>	<b>1.021</b>

### b) Passivo

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2014	2013
FGTS		369
Marinha Mercante		295
CVM	191	191
Processos trabalhistas	117	16
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>871</b>

## 9. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

	Controladora	
	2014	2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	936	1.074
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	336	387
<b>TOTAL</b>	<b>1.272</b>	<b>1.461</b>

O crédito reconhecido no ativo da controladora é de montante idêntico do imposto de renda e contribuição social que se encontra provisionado no passivo não circulante.

## 10. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Ao final do ano de 2011 a Companhia decidiu reduzir as atividades do setor de fiação, para que a produção de fios atendesse somente o consumo próprio. Como consequência desta decisão foram transferidos do ativo imobilizado para o realizável a longo prazo o montante de R\$ 8.076 mil referente a máquinas e equipamentos do setor de fiação. Durante o ano de 2012 a administração decidiu atender à demanda do mercado por industrialização por encomenda de fios de algodão, e reativou parte das máquinas que estavam paradas. Estas máquinas foram transferidas novamente para o imobilizado. As que ainda permaneciam fora de operação, em 31 de dezembro de 2014, perfaziam o montante de R\$ 345 mil (2013 – R\$ 526 mil), e estão disponíveis para venda.

## 11. INVESTIMENTOS

### a) Participação em controlada

	Quantidade de Cotas Possuídas		Porcentagem Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Renauxview Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	287	143	144	(85)

### b) Saldos e transações com controlada

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	2014	2013	2014	2013
Renauxview Ltda.	2.572	1.061	-	-

	Receitas		Despesas	
	2014	2013	2014	2013
Renauxview Ltda.	-	-	240	240

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

## 12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado	
	2014		2013	2014	2013
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	1.002		1.002	3.051	3.051
Máquinas de grande porte	93.248	(52.973)	40.275	42.220	42.220
Máquinas, equipamentos e ferramentas	9.188	(5.346)	3.842	4.390	4.390
Veículos	1.014	(471)	543	552	552
Benfeitorias	641		641	109	109
Outras imobilizações	1.657	(888)	769	653	653
Imobilizado em andamento	462		462	446	446
Adiantamentos a fornecedores	142		142	1.334	1.334
<b>TOTAL</b>	<b>107.354</b>	<b>(59.678)</b>	<b>47.676</b>	<b>49.725</b>	<b>52.755</b>

### 12.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora

	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Terrenos	1.002				1.002
Máquinas de grande porte	91.672	901		675	93.248
Máquinas, equipamentos e ferramentas	9.827	450	(1.123)	36	9.190
Veículos	987	88	(61)		1.014
Benfeitorias	109	44		488	641
Outras imobilizações	1.356	331	(3)	(28)	1.656
Imobilizado em andamento	446	1.561	(347)	(1.199)	461
Adiantamentos a fornecedores	1.334	733	(1.906)	(19)	142
<b>TOTAL</b>	<b>106.733</b>	<b>4.108</b>	<b>(3.440)</b>	<b>(47)</b>	<b>107.354</b>

## 12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada – Controladora

	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Máquinas de grande porte	(49.452)	(3.520)			(52.972)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(5.437)	(1.027)	1.110	7	(5.347)
Veículos	(435)	(79)	44	-	(470)
Benfeitorias					
Outras imobilizações	(703)	(213)	1	26	(889)
<b>TOTAL</b>	<b>(56.027)</b>	<b>(4.839)</b>	<b>1.155</b>	<b>33</b>	<b>(59.678)</b>

## 13. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado	
	2014		2013	2014	2013
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso	1.145	(824)	321	334	321
Software em andamento	1.399		1.399	1.193	1.193
<b>TOTAL</b>	<b>2.544</b>	<b>(824)</b>	<b>1.720</b>	<b>1.527</b>	<b>1.527</b>

### 13.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora

	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Direitos de uso	1.076	54		15	1.145
Software em andamento	1.193	206			1.399
<b>TOTAL</b>	<b>2.269</b>	<b>260</b>		<b>15</b>	<b>2.544</b>

### 13.2. Movimentação da Amortização Acumulada – Controladora

# RENAUX VIEW

	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Direitos de uso	(742)	(80)		(2)	(824)
<b>TOTAL</b>	<b>(742)</b>	<b>(80)</b>		<b>(2)</b>	<b>(824)</b>

## 14. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Fornecedores nacionais	5.884	5.368
Fornecedores internacionais	54	284
<b>TOTAL</b>	<b>5.938</b>	<b>5.652</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina</b>	<b>14.303</b>	<b>13.607</b>		
Financiamento, atualizado segundo TJLP, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.				
<b>Saldo negativo em contas correntes bancárias</b>	<b>106</b>	<b>95</b>		
<b>Banco Daycoval</b>	<b>5.983</b>	<b>7.972</b>		
Empréstimos de capital de giro, com juros de entre CDI + 0,60% e CDI 0,70% am. Vencimentos finais entre: 02/2015 e 12/2015. Garantia: duplicatas.	5.145	5.353		
Financiamento de máquina, juros de 11% ano. Vencimento final: 2014. Garantia: as próprias máquinas financiadas.		1.533		
EGF juros de 6,50% aa. Vencimento final: 06/08/2015. Garantia: algodão.	838	1.086		
<b>Banco Sofisa</b>	<b>5.000</b>	<b>5.988</b>		
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,60%am. Vencimento final: 24/02/2015. Garantia: duplicatas.	5.000	5.988		
<b>BANCO BIC</b>	<b>1.999</b>	<b>1.997</b>		
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,60% mais CDI. Vencimento final: 26/01/2015. Garantia: duplicatas.	1.999	1.997		
<b>BANCO SAFRA</b>	<b>2.000</b>	<b>3.962</b>		
Empréstimos de capital de giro juros médios de CDI + 0,69%a.m. Vencimento final: 02/01/2015. Garantia: duplicatas.	2.000	3.962		
<b>PML Petersen Matex</b>	<b>447</b>	<b>447</b>	<b>74</b>	<b>518</b>
Financiamento de máquinas, 7% aa. Vencimento final: 18/02/2016. Garantia: as próprias máquinas financiadas.	447	447	74	518
<b>Welowo C.V.</b>	<b>13.581</b>	<b>13.581</b>		
Crédito cedido. Sem atualização. Sem vencimento.	13.581	13.581		
<b>PICANOL</b>		<b>555</b>		
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9%a.a. Vencimento final: 2014. Garantia: as próprias máquinas financiadas.		555		
<b>TOTAL</b>	<b>43.419</b>	<b>48.204</b>	<b>74</b>	<b>518</b>

## Legendas:

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI – Certificado Depósito Interbancário

## 16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários	925	1.167	926	1.168
Provisão para férias	2.382	2.640	2.388	2.643
INSS (não parcelado ou notificado)	10.106	30.476	10.107	30.477
FGTS	215	230	216	231
Salário educação - FNDE	1.363	3.611	1.363	3.611
SESI	818	2.166	818	2.166
SEBRAE	327	866	327	866
SENAI	642	1.762	642	1.762
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.466	1.188	2.466	1.188
Outros	11	29	11	29
<b>TOTAL</b>	<b>19.255</b>	<b>44.135</b>	<b>19.264</b>	<b>44.141</b>

## 17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	199	284	199	284
ICMS parcelamento	920	449	920	449
ICMS importações de máquinas		4		4
ICMS – PRODEC	27.010	25.422	27.010	25.422
IRRF	812	235	812	235
IPTU	2.861	1.683	2.861	1.683
ISS retido	7	10	7	10
PIS/COFINS	6.038	5.680	6.038	5.681
PIS/COFINS/CSLL retidos	1	6	2	7
ICMS Importações	3.086	4.892	3.086	4.892
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.855	2.556	2.855	2.636
<b>TOTAL</b>	<b>43.789</b>	<b>41.221</b>	<b>43.790</b>	<b>41.303</b>

### 17.1. PRODEC

O valor reconhecido pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 27.010 mil (2013 – R\$ 25.422 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos, a Companhia deixou de provisionar R\$ 31.830 mil (2013 – R\$ 24.677 mil), referente aos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 2014 foi de R\$ 82.424 mil (2013 – R\$ 49.978 mil). Do valor total de 82.424 mil, o montante de R\$ 47.166 mil encontra-se notificado com defesa apresentada pela Companhia. As defesas apresentadas encontram-se pendente de julgamento por parte dos órgãos competentes.

### 18.1. PERDA POSSÍVEL

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas (controladora e consolidado):

	<b>R\$ (em milhares)</b>
Tributárias	31.830
Trabalhistas	1.509
Cíveis	299
<b>TOTAL</b>	<b>33.638</b>

## 19. DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.



As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração : semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 18.020 mil (2013 – R\$ 17.912 mil). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

## 20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Estão registrados no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais, obrigações com pessoas ligadas:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>Não Circulante</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>4.490</b>	<b>3.900</b>
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai</b>	<b>17.048</b>	<b>15.747</b>
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.		
<b>TOTAL</b>	<b>21.538</b>	<b>19.647</b>

## 21. PASSIVO A DESCOBERTO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

## b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício tem destinação específica de utilização.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>				
Vendas mercado interno	100.341	105.686	100.341	105.686
Vendas mercado externo	1.383	650	1.383	650
Serviços mercado interno	14.894	13.456	15.134	13.696
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>116.618</b>	<b>119.792</b>	<b>116.858</b>	<b>120.032</b>
Deduções da receita bruta:				
Impostos faturados, descontos e devoluções	(28.861)	(29.836)	(28.890)	(29.866)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>87.757</b>	<b>89.955</b>	<b>87.968</b>	<b>90.166</b>

## 23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

## a) Custos e despesas

	Controladora	
	2014	2013
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	31.083	31.714
Matérias primas e embalagens	33.844	29.593
Energia elétrica	10.334	9.036
Gastos gerais de fabricação	3.032	2.640
Depreciação e amortizações	4.717	4.315
Comissões representantes	3.730	3.980
Fretes	992	882
Serviços de terceiros	5.159	5.877
Outros custos e despesas	1.915	257
<b>TOTAL</b>	<b>94.806</b>	<b>88.294</b>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	72.763	65.023
Despesas com vendas	12.596	12.650
Gerais e administrativas	7.571	7.384
Outras despesas operacionais	1.876	3.236
<b>TOTAL</b>	<b>94.806</b>	<b>88.294</b>

## b) Resultado financeiro

	Controladora	
	2014	2013
Receitas financeiras		
Juros recebidos	468	194
Variação cambial ativa	531	899
Outras receitas	226	17
<b>Total da receita financeira</b>	<b>1.225</b>	<b>1.110</b>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	8.270	6.800
Encargos sobre tributos	28.664	11.753
Encargos sobre demais contas	938	1.739
Variação cambial passiva	698	1.357
Outras despesas financeiras	511	443
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>39.081</b>	<b>22.092</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(37.856)</b>	<b>(20.982)</b>

## 24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Em 2014 as despesas com os administradores totalizaram R\$ 1.814 mil (2013 – R\$ 1.635 mil).

## 25. DESPESAS COM REESTRUTURAÇÃO

Ocorreram despesas com serviços de terceiros, em função da reestruturação descrita na nota explicativa nº 28, em 2014 no montante de R\$ 126 mil (2013 – R\$ 114 mil).

## 26. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo - acionistas preferenciais	(22.156)	(13.010)
Prejuízo - acionistas ordinários	(11.515)	(6.761)
<b>Total</b>	<b>(33.671)</b>	<b>(19.771)</b>
Quantidade de ações preferenciais emitidas	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas	14.566	14.566
<b>Total</b>	<b>42.593</b>	<b>42.593</b>
Resultado básico e diluído por ação (em reais)		
Ação preferencial	(0,791)	(0,464)
Ação ordinária	(0,791)	(0,464)

## 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

## • Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

## • Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	1.289	535
Contas a receber de clientes - circulante	16.424	19.231
Contas a receber – não circulante	2.613	2.613
Outras contas a receber	2.210	2.869
<b>TOTAL</b>	<b>22.536</b>	<b>25.248</b>

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para devedores duvidosos foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para devedores duvidosos” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

## • Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

## • Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

	Consolidado	
	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos	43.493	48.722
Obrigações com Pessoas Ligadas	21.538	19.647
	<b>65.031</b>	<b>68.369</b>

## • Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

## • Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

## • Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

## • Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito,

mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

## ii) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.289	1.289	535	535
Clientes e Outras Contas a Receber	21.246	21.246	24.713	24.713
Empréstimos e Financiamento	(43.493)	(43.493)	(48.722)	(48.722)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(6.687)	(6.687)	(6.603)	(6.603)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(21.538)	(21.538)	(19.647)	(19.647)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

### • Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

### • Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais

relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

## 28. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

Em janeiro de 2006 a Companhia passou a ser administrada por novos gestores. Em meio a crise que o mercado têxtil passava e ao cenário encontrado na Companhia, a nova administração comprometeu-se com o mercado a equacionar os passivos recebidos. Desde então, medidas cabíveis estão sendo tomadas e como consequência, parte dos passivos encontram-se em negociação com a possibilidade de liquidação. Uma parcela relevante dos passivos tributários, que também são de caráter relevante, foram parcelados e estão sendo respeitados seus prazos de liquidação conforme negociado. Demais passivos estão em fase de negociação, e a Administração espera concluí-los até o próximo exercício.

## 29. REFIS DA COPA – Lei 12.996/14 e Lei 13.043/14.

A Companhia aderiu ao parcelamento de débitos tributários de que trata a Lei 12.996/14, a qual reabriu o REFIS da Lei 11.941/09, e possibilitou que as empresas pudessem parcelar débitos com vencimento até 31 de dezembro de 2013, bem como a quitação do saldo remanescente de multas e juros com saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.

Todas as reduções previstas em Lei foram contabilizadas em grupo específico no resultado do exercício, cuja composição dos seus efeitos está demonstrada da seguinte maneira – Consolidado em R\$ mil:

Descrição	Inicial	Reduções Lei 12.996/2014	Saldo após reduções	Compensação PF* e BCN**	Saldo
Principal	22.769	-	22.769	-	22.769
Multa	4.706	(2.789)	1.917	(1.827)	90
Juros	6.173	(1.556)	4.617	(4.617)	-
Encargos PGFN	6.167	(6.167)	-	-	-
Total	39.815	(10.512)	29.302	(6.444)	22.859

Além disso, foi facultado pela Lei 13.043/2014 a possibilidade das empresas, após o pagamento da entrada de que trata o parcelamento da Lei 12.996/14, abater 70% do saldo dívida (inclusive o próprio principal) com saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, sendo que o restante da dívida tributária, 30%, deverá ser pago em espécie.

A RFB através da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15 entendeu que o pagamento em espécie de que trata a Lei 13.043/14 deveria ser feito integralmente até o dia 28 de novembro de 2014.

A Companhia com base em pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos, impetrou medida judicial alegando que é ilegal a exigência do pagamento dos 30% da dívida até 28/11/14 uma vez que esta disposição foi imposta pela RFB através de portaria, não estando a sua exigência explícita na Lei 13.043/2014.



Desta forma, a administração da Companhia optou por efetuar a contabilização, no 3º trimestre de 2014, da redução dos débitos tributários (70%) com saldos de prejuízos fiscais e saldo negativo da CSLL, totalizando o montante de (Consolidado – R\$ mil):

Modalidade	Dívida após antecipação 12.996/14	Compensação 70% PF* e BCN**	Saldo a reco- lher 30%
Parcelamento Lei 12.996/14	18.694	13.086	5.608
Parcelamento Lei 11.941/09	40.679	28.475	12.204
Total	59.372	41.561	17.812

Entretanto, após decisão contrária, expedida em 23 de fevereiro de 2015 pelo juízo da 1ª Vara Federal da Comarca de Blumenau, a medida judicial protocolada pela Companhia, a Administração concluiu pela reversão do lançamento, referente a parte da contabilização da redução dos 70%, efetuado no 3º Trimestre de 2014.

Desta forma, a Companhia está demonstrando em 31 de dezembro de 2014 o seu passivo reconhecido integralmente. A Administração, entretanto, irá recorrer da decisão.

### 30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 31. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Brusque, 18 de fevereiro de 2015.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

# RENAUX VIEW

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA**

Presidente

**HEITOR RODOLFO DE SOUZA**

Conselheiro

**JAIR PACHECO**

Conselheiro

**DIRETORIA:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA**

Presidente

**MARCIO LUIZ BERTOLDI**

Diretor de Relações com Investidores

**CONTADORA:**

**MARTA CASTELLI**

CRC SC 023517/O-3